

**Apresentação do Dossiê:****Narrativas, mídias e cultura histórica: olhares a partir do Ensino de História**

Natiele Gonçalves Mesquita,<sup>1</sup> UFPel  
Tayane Ferreira de Almeida,<sup>2</sup> UFPE

O campo de estudos sobre o ensino de História tem estado em significativa expansão nos últimos anos, sobretudo com a construção da rede nacional do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória). Porém, mesmo anterior a isso, o aprofundamento das concepções de que a função do conhecimento histórico é a sua didática, as múltiplas linguagens e mídias em que a História circula e é apreendida, os usos políticos do passado, a inserção de visões até então invisibilizadas pelas narrativas hegemônicas, a compreensão de que o ensino de História tem suas próprias características cognitivas e interpretativas do mundo e da vida prática e os diversos instrumentos e abordagens possíveis para se ensinar e aprender História, tem levado a própria teoria e filosofia da História a se ampliar.

Contudo, podemos afirmar que tais contribuições são ainda recentes no que se refere à História da educação no Brasil e da nossa área do conhecimento. A História enquanto disciplina escolar no Brasil data do período imperial, em 1838, estando na época focada na História europeia, sob influência principalmente francesa. Ao longo do século 19, os discursos históricos da disciplina foram sendo delineados para a construção de uma identidade nacional. Durante este período, a maioria da população era inserida no mundo do trabalho desde a infância, em grande parte no trabalho escravizado, estando excluída da educação formalizada, salvo exceções.

No princípio da República, a educação avançava entre as classes médias e a iniciativa dos grupos escolares inseria timidamente outras camadas da população, havendo ações significativas de alfabetização e letramento a cargo de seus próprios meios, como em associações, agremiações ou sociedades religiosas. A partir da década de 1930, a educação passa por reformas institucionais e influência da escola nova. Nessa conjuntura, o ensino de História também sofre modificações em suas sugestões metodológicas, como a necessidade do

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, faz parte do grupo de estudos Heduca, é Mestra em História pela Universidade Federal do Rio Grande e Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pelotas. Atua como professora nas redes municipal e estadual de Pelotas, Rio Grande do Sul.

<sup>2</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, faz parte do laboratório de aprendizagem e ensino de história (LAEH) e do grupo de pesquisa Eduquadinhos. Mestra em História pela Universidade Federal de Pernambuco e licenciada em História pela mesma universidade.

estudo do passado para compreensão do presente, entre outras abordagens, como o uso de biografias de ditos heróis nacionais (em geral, homens brancos) como recursos didáticos.

Entre o final da década de 1950 e início da de 1960, se verifica uma disputa entre a perspectiva estadunidense de Estudos Sociais, unindo História e Geografia, e a manutenção da História como disciplina autônoma. Durante a ditadura militar, a primeira ideia é oficializada para o 1º e 2º grau, tendo o retorno da História como código disciplinar no processo de redemocratização.

A consolidação desta visão se dá com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), de 1996, em que os conhecimentos históricos da juventude são divididos em duas áreas: a informal e a formal. Dessa forma, o ensino de História formalizado seria aquele instituído pelas escolas em que educadores e educadoras realizariam a transposição didática da ciência de referência das universidades para o saber escolar, desenhando o currículo da História a partir do desenrolar cronológico.

O ensino de História é vivo e um campo a ser construído, as narrativas que cercam as intencionalidades e pautas curriculares também é refletida a partir de demandas do tempo presente, questões identitárias, culturais e subjetivas, são cada vez mais essenciais para as discussões históricas, apesar de recentes. Apenas no início dos anos 2000 que foi inserida a obrigatoriedade da História da luta da população negra, indígena, e mais recentemente, das mulheres. O processo histórico a que a educação e o próprio ensino de História se desenvolve, deixa marcas e vícios que têm sido amplamente debatidos.

Buscando cumprir sua tarefa educadora, este Dossiê nos serve para passearmos por diversas experiências e abordagens diversas de ensino da ciência histórica e construção de consciência histórica. Sobretudo, nos serve para aprendermos sobre História e sobre a prática da didática da História em suas variadas possibilidades. As discussões a seguir consideram diferentes narrativas, mídias, linguagens e possibilidades para o aprendizado histórico, aprendizado este que é movido pela interpretação, orientação no tempo e construção de sentido, a partir do presente refletimos dimensões, contextos e sujeitos passados para que possamos projetar futuros.

Abrindo este coletivo de reflexões, está Luis Claudio Santana Pereira, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), com seu trabalho *Entre cibercultura e educação: a transformação das narrativas históricas na era digital*, em que aponta o descompasso entre a escola tradicional e os alunos multitarefa da geração Z, alertando para as transformações culturais, educacionais e subjetivas que as tecnologias digitais da informação e comunicação

(TDIC) têm produzido. O autor aborda o papel da educação e do ensino de História no letramento digital, não ignorando a resistência docente, tampouco a falta de estrutura nas escolas e os riscos do tecnicismo, mas sim potencializando as capacidades colaborativas, interdisciplinares e personalizadas possibilitadas pelas TDICs.

Na sequência, o artigo *O Eurocentrismo e os desafios à efetivação da Lei 10.639/03 e da Lei 11.645/08 no âmbito escolar: seletividades curriculares restritivas no ensino de História*, da autora Gisely Capitulino da Fonseca, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), destaca como o eurocentrismo está impregnado ao ensino de História, reforçando estereótipos desde os materiais didáticos, até invisibilizações, generalizações e chegando até a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Dessa forma, defendendo a abordagem decolonial e as Leis 10.639/03 e 11.645/08 como ferramentas de resistência e luta, não só em seu sentido pedagógico, mas também no sentido político, Fonseca propõe a formação docente continuada, a revisão dos materiais didáticos e a pressão por políticas públicas.

Adentrando ao universo dos quadrinhos em *Representações midiáticas no Ensino de História: a utilização de histórias em quadrinhos*, Bruno Coutinho Lucas Pereira, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) nos leva a refletir junto com os estudantes de ensino fundamental, como a cultura pop e a cultura midiática podem contribuir no desenvolvimento de uma consciência histórica antirracista a partir de uma oficina do Programa Residência Pedagógica (PRP) com o uso HQs para discutir a representatividade racial. A partir da crítica aos estereótipos midiáticos, Pereira traz a necessidade de representações positivas, instigando a criatividade e interdisciplinaridade para empoderar estudantes e vincular ficção e realidade histórica.

Seguido por Joyce Conceição de Mesquita, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em *Didática da História em Jörn Rüsen e as HQs como Recurso Pedagógico: refletindo sobre gênero e escravidão a partir do caso da cativa Luíza*, que aborda as histórias em quadrinhos como potencial para a sala de aula e também fonte para debates acadêmicos, ao trazer a história de Luíza, uma mulher negra com vivência de cativa doméstica no contexto oitocentista. A narrativa desenvolvida no formato de quadrinhos apresenta à agência de Luíza ao criar redes de sociabilidade, resistência ao patriarcado e sistema escravocrata, assim como também constrói paralelos com situações contemporâneas que embora distantes temporalmente compartilham questões reflexivas sobre racismo e sexism no Brasil.

A seguir, em *Colonialismo Digital e Cultura Histórica como forjadores de identidade*, Natiele Gonçalves Mesquita, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), analisa como o colonialismo digital, atrelado às *big techs*, tem influenciado na construção da identidade da juventude em idade escolar. Aplicando uma pesquisa qualitativa em seus alunos de 6º ano, identifica *Youtubers* que reforçam estereótipos de gênero e valores neoliberais, apontando para uma educação midiática crítica, uma resistência coletiva e ampliação dos estudos acerca das tecnologias e colonialismo digital, visando desnaturalizar as dinâmicas de domínio das grandes empresas de tecnologia e a formação de identidades individualistas e mercadológicas.

Dando sequência, Roberta Duarte da Silva, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), apresenta em *Mobile Learning e realidade aumentada: uma nova dimensão para o ensino de História*, uma experiência significativa com estudantes de 6º anos para compreender os processos históricos do Egito Antigo a partir da plataforma *Google Arts & Culture*. A autora explora como o *Mobile Learning* (aprendizado móvel) pode promover experiências imersivas, trazendo a aula-oficina, a análise de fontes digitais e as tecnologias para a construção de um aprendizado autônomo e contribuir na formação da consciência histórica de forma dinâmica e acessível, trazendo a cultura digital como aliada ao ensino, mas sem deixar de apontar a necessidade de formação docente e investimento nas estruturas das escolas para possibilitar tais experiências.

Em *História digital e cultura histórica: Hiroshima como patrimônio histórico através da UNESCO*, Dionson Canova, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e Alvanir Ivaneide Alves da Silva, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), destacam a importância da História Digital e da Cultura Histórica para a preservação de fontes históricas e construção de memórias coletivas. Ao analisar o Memorial da Paz de Hiroshima (*Genbaku Dome*), discute as relações entre memória e sociedade, assim como o uso de ferramentas tecnológicas como o *software Tropy*, como facilitadores para digitalização de documentos, preservação e interpretação do passado a partir do patrimônio cultural, também destaca os desafios metodológicos do uso destas ferramentas para historiadores.

Abordando também a relação entre memória e História, José Roberto Alves, da Universidade Regional do Cariri (URCA), e José Ítalo dos Santos Nascimento, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), discutem em seu artigo, *Porque os vagalumes têm que morrer tão cedo? História, Memória e Recepção*, a experiência da Segunda Guerra Mundial na cidade de Kobe, Japão, a partir do filme de animação *Túmulo dos vagalumes* (1988), retratando uma vivência ficcional deste contexto enfrentada pelos personagens Seita e Setsuko. A obra

carrega memórias do autor do conto Akiyuki Nosaka, sendo assim, discute-se as relações entre cinema, memória e História.

Seguindo a reflexão da potencialidade dos filmes em relação a dimensões históricas, Ryckel Mynackson Farias Barbosa, da Universidade de Pernambuco (UPE), e Ítalo Eduardo da Silva, também da Universidade de Pernambuco (UPE), em *Das salas de cinema às salas de aula: proposta de utilização do filme O Camponês Eloquente (1970) nas aulas de História no 6º ano do Ensino Fundamental*, abordam a potencialidade de discussões sobre cultura, filosofia e sociedade egípcia no Médio império. Compreendem o filme como ferramenta importante para a construção da consciência histórica e processos de aprendizado histórico, sendo assim, analisam a obra *O Camponês Eloquente* (1970) para discussões sobre os usos do passado e Egiptomania.

Dando continuidade às discussões, José Almir Santos Basílio Filho, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em *O cinema como recurso didático para promover a assimilação ativa em aulas de História: as vozes do documentário Maioria Absoluta (1964)*, discute as possibilidades do documentário e curta metragem no ensino de história. Partindo da percepção de Bill Nichols a respeito das “vozes do documentário” em associação a Libâneo e sua perspectiva sobre a função do ensino como difusor de conhecimentos sistematizados e políticos, reflete a obra *Maioria absoluta* (1964) como potencialidade para o aprendizado histórico.

Abordando a aula-oficina e propondo uma proto-aula-oficina, Vinícius Marques Ferreira, da Universidade Federal de Goiás (UFG), em seu artigo *A aula de História Medieval na Educação Básica: entre currículo e “aula-oficina”*, discute as problemáticas das normativas curriculares da BNCC e do Documento Curricular para Goiás (DC-GO), no que diz respeito a lógica tecnicista e neoliberal. Propondo intermediar o currículo tradicional e uma abordagem construtivista sobre a Idade Média, visto os conteúdos frequentemente superficiais e que ignoram a pluralidade cultural da época e conexões com o presente, considera experiências dos alunos e a cultura *pop*, como jogos, filmes e séries como métodos ativos, atentando para a avaliação como parte do processo de aprendizagem e não como fim em si.

Em *O que estão ensinando a nossos alunos sobre História Medieval?*, os autores Luís Fernando de Souza Alves, da Universidade de Jaén (UJA), Lucas Matheus Araujo Bicalho da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), e Stefany Reis Marquioli também da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), refletem as mudanças, revisões e descobertas na área da História Medieval e questionam a atualização destas discussões no

contexto educacional, especialmente a partir dos livros didáticos. Analisando a produção feita por Gilberto Elias Salomão (2017), questionam reproduções equivocadas na obra e refletem desafios e possibilidades para os professores no ensino de história medieval.

Seguindo a análise em livros didáticos, Mayara de Oliveira Jardim, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em *Análise do governo de Salvador Allende no Chile (1970-1973) nos livros didáticos do ensino médio aprovados no PNLD 2018*, propõe refletir a partir de quatro livros didáticos as abordagens acerca do governo de Salvador Allende. Selecionando livros aprovados pelo PNLD 2018, destaca o amplo acesso de professores e estudantes a estes materiais, assim como se debruça ao espaço específico *Manual do professor*, a fim de compreender os recursos disponibilizados aos educadores e as direções metodológicas definidas nas obras selecionadas.

Em *Imagens que falam: retratação dos povos indígenas no livro didático de ciências humanas e sociais*, Thamiles Lessa dos Santos, da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), analisa em dois livros didáticos do Novo Ensino Médio a representação de indígenas em imagens e textos, apontando para uma ainda reprodução de estereótipos e visões eurocêntricas, ainda que tenham ocorrido avanços ao longo dos anos, principalmente a partir da lei 11.645/08. A autora contextualiza o papel dos livros didáticos no ensino de História e as mudanças impostas pelo novo ensino médio, apontando para algumas representações do protagonismo indígena, mas em contrapartida, ainda havendo a carência de narrativas indígenas em primeira pessoa, assim como discursos que colocam os indígenas enquanto figuras do passado ou dependentes de heroísmo branco.

Seguindo a urgência da História dos povos indígenas no ensino, Ana Valéria dos Santos Silva, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), e Roniel Antônio Rodrigues Conceição, também da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), compartilham em *(Des)alinhando o ensino sobre a temática indígena no município de Pilar/AL: reflexões e práticas através de um relato de experiência*, a crítica ao estereótipo do “dia do índio”, propondo atividades que valorizam a diversidade étnica e a resistência indígena. Apresentam também algumas críticas ao livro didático local “Pilar: cidade da gente”, não o descartando como recurso, mas propondo problematizações junto aos estudantes de determinadas expressões, como “tribo”, “índio” e “remanescentes”. Silva e Conceição descrevem uma potente atividade em sala de aula com a participação de um educador do povo Wassu Cocal, demonstrando na prática uma proposta de descolonização do currículo.

Findamos o dossiê com Andrey Kevin Argenti da Silva, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em *Memórias Urbanas: a Campanha da Legalidade e a Ditadura Civil-Militar em Porto Alegre*, discutindo a importância de refletir os espaços, patrimônios e narrativas presentes na vida pública. Parte da experiência desenvolvida na disciplina de Estágio Docêncio (UFRGS), onde através de Porto Alegre, analisa como órgãos públicos selecionam narrativas para patrimonializar ou silenciar, especialmente nas obras da Campanha da Legalidade e da Ditadura Civil-Militar.

A diversidade de temáticas e elaborações úteis e significativas para o ensino de História deste Dossiê exemplifica a expansão da área e a sua qualificação. Ao mesmo tempo, evidencia questões comuns, como a busca por superar as generalizações, desigualdades, anacronismos, preconceitos, visões simplistas e a tradição colonial eurocêntrica positivista, que insiste em se demonstrar presente nas narrativas, mídias, cultura histórica e também nos fundamentos curriculares da matriz disciplinar da História tanto do ensino básico quanto no ensino superior.

Para além da divulgação científica dos muitos trabalhos que têm sido realizados de norte a sul, oeste a leste dos muitos Brasis, o Dossiê *Narrativas, mídias e cultura histórica: olhares a partir do ensino de História* é um convite para repensarmos nossas práticas, bibliografias e múltiplas áreas da ciência histórica. O compromisso com o conhecimento científico, aliado à construção de futuros democráticos e inclusivos passa pelo ensino. Nossa lugar de professoras e professores, pesquisadoras e pesquisadores, não pode jamais perder de vista o altruísmo, a curiosidade, a aprendizagem ativa e o encantamento.

Boa leitura!

### **Referência Bibliográfica**

SCHMIDT, Maria A. História do Ensino de História no Brasil: uma proposta de periodização. **Revista História da Educação - RHE**. Porto Alegre, v. 16, n. 37, Maio/ago. 2012. p. 73-91.